

Políticas Públicas de Educação: a CF, a LDB e seus desdobramentos



Universidade do Estado do Rio de Janeiro



Programa de Pós-graduação em
Políticas Públicas e Formação Humana

Prof^a Dr^a Raquel Villardi



Núcleo de Estudos e Documentação de EJA
Centro de Apoio Operacional às
Promotorias de Justiça de Tutela Coletiva
de Proteção à Educação

O que são políticas públicas

Conjunto de planos e ações desenvolvidos pelo Estado, de modo a assegurar um direito do cidadão.

Envolvem
direitos universais e
direitos específicos

Exigem o compartilhamento
de responsabilidades

Objetivam
o bem-comum e o
interesse público

Demandam
comprometimento e
participação social

Definição de políticas públicas envolve necessariamente

- **Estabelecimento de prioridades**
- **Disputa por verbas**
- **Conflito de interesses**

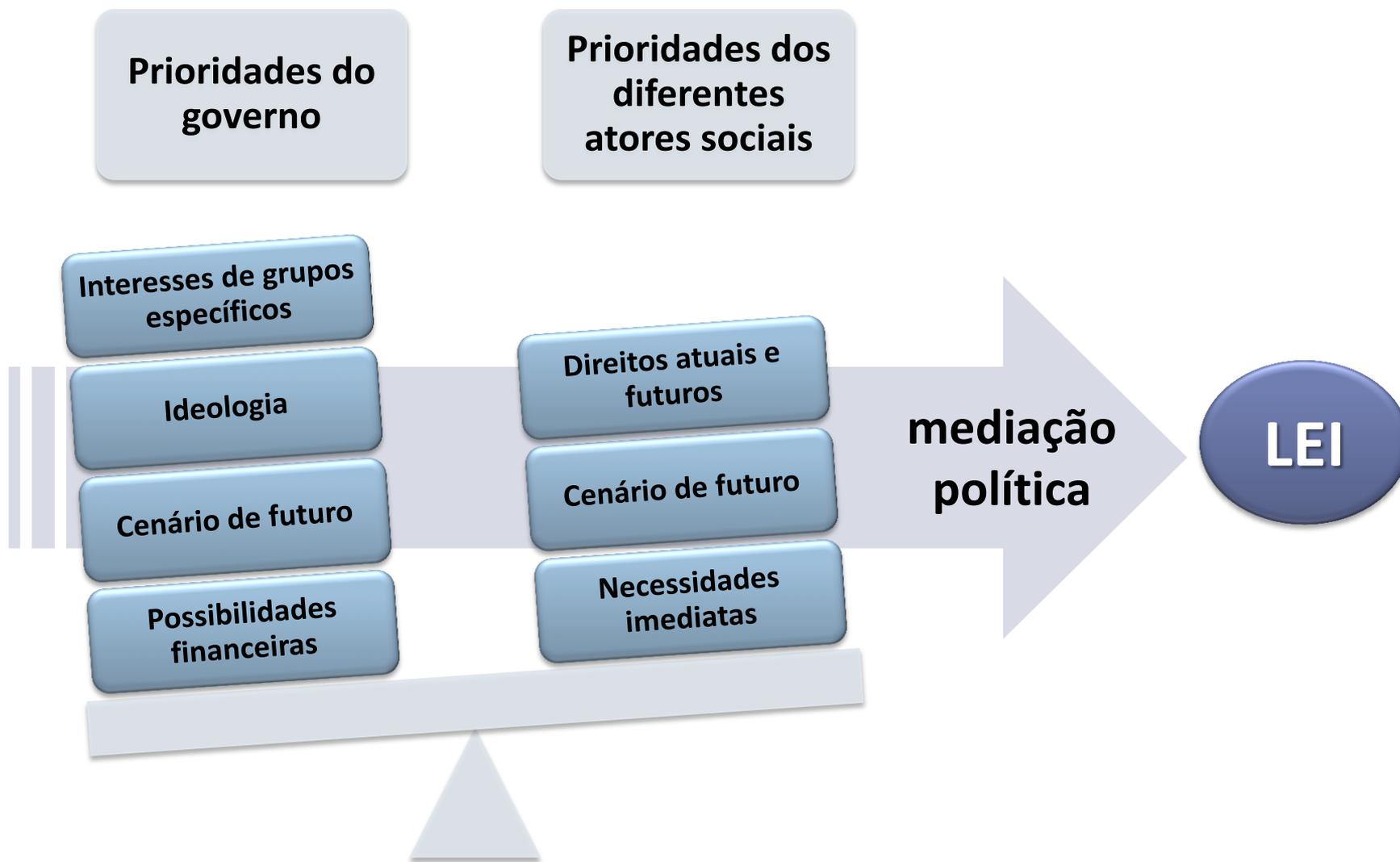
Políticas Públicas são o resultado da disputa entre os diversos grupos ou segmentos da sociedade que buscam defender (ou garantir) seus interesses.



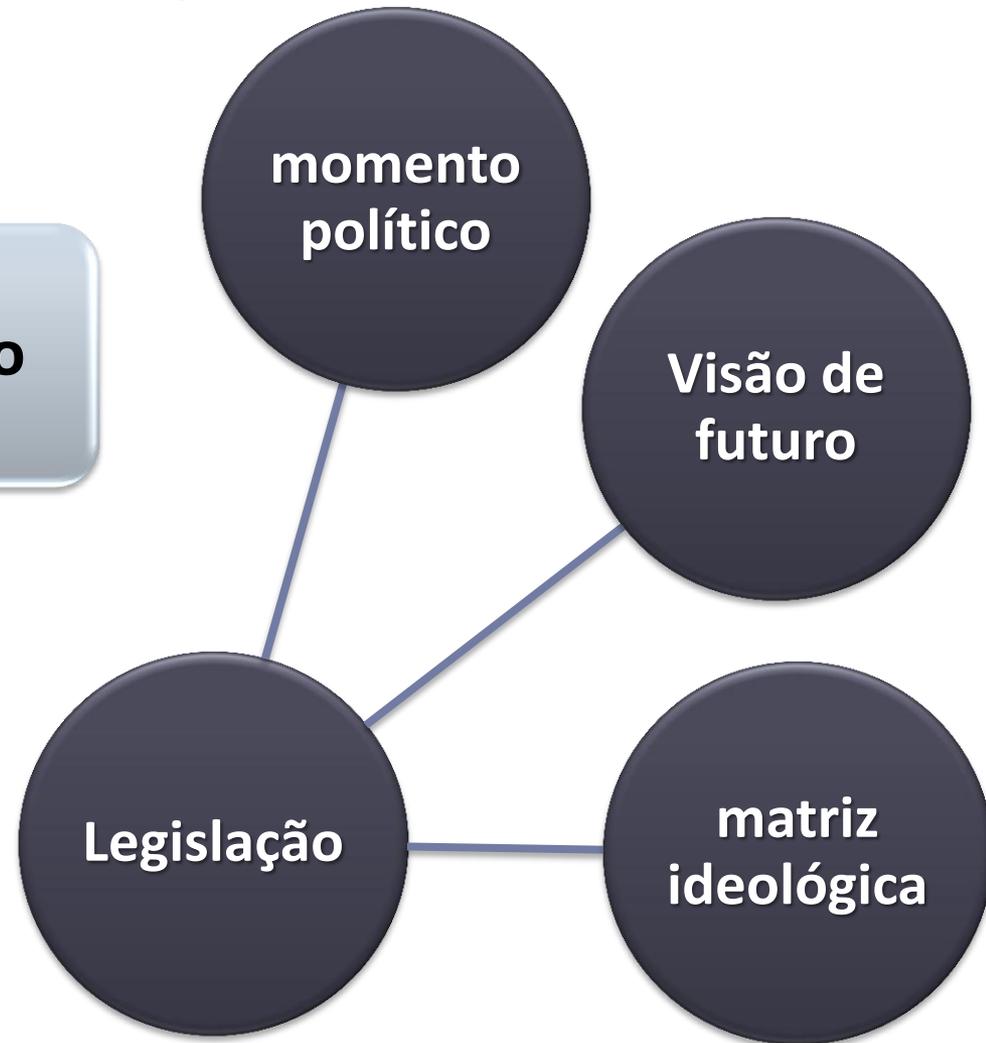
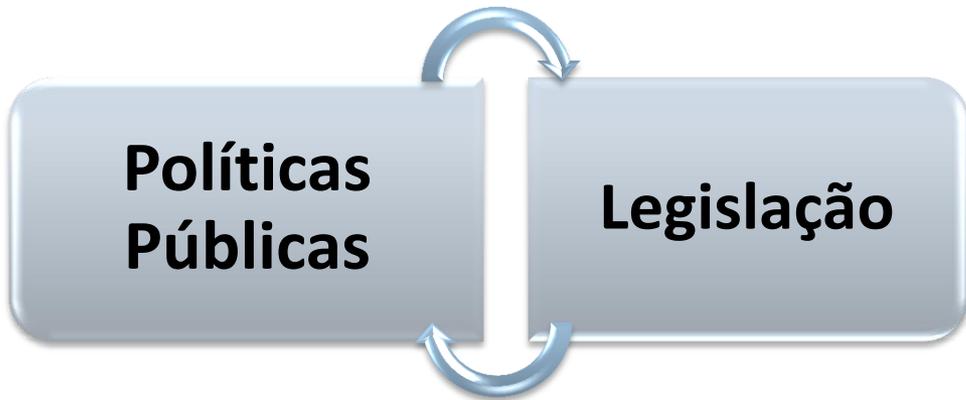
Como funciona

- *“As ações que os dirigentes públicos (os governantes ou os tomadores de decisões) selecionam (suas prioridades) são aquelas que eles entendem que sejam as demandas ou expectativas da sociedade. Ou seja, o bem-estar da sociedade é sempre definido pelo governo, e não pela sociedade”.* (Brenner Lopes)
- Nos regimes democráticos, quando há um descompasso entre as prioridades definidas pelo governo e a expectativa real, a sociedade pressiona pela modificação da lei.

O processo



Uma lei para cada tempo



POLÍTICAS PÚBLICAS de EDUCAÇÃO

Educação básica obrigatória

- Constituição de 1824

Primeira previsão, de caráter não universal:

“A Instrução primária é gratuita a todos os Cidadãos.”

- Constituição de 1937

Primeira previsão de obrigatoriedade e gratuidade

“O ensino primário é obrigatório e gratuito, extensivo aos adultos”

- Constituição de 1946

Primeira previsão de caráter obrigatório e universal

“o ensino primário oficial é gratuito para todos: o ensino oficial ulterior ao primário sê-lo-á para quantos provarem falta ou suficiência de recursos”

O percurso das LDBs

1961

Lei 4.024/61

- Constituição de 1946
- Contexto: Pós-II Guerra
- Visão libertária de educação [Darcy / Anísio / Freire]
- 1962 – 1º Plano Nacional de Educação
- Necessidade de organizar um sistema educacional

1971

Lei 5.692/71

- Constituição de 1967
- Contexto: Golpe Militar de 1964
- Foco na profissionalização
- Necessidade de formar mão de obra qualificada, para sustentar o projeto militar de desenvolvimento do país.

1996

Lei 9.394/96

- Constituição Cidadã de 1988
- Contexto: Processo de redemocratização
- Legislação com participação popular
- Embates explícitos entre diferentes perspectivas - atrasos
- Necessidade de universalizar o direito à educação

A organização da Educação nas LDBs

LEIS DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL

4.024/61

5.692/71

9.394/96

PRIMÁRIO

GINASIAL

COLEGIAL

PRIMEIRO
GRAU

SEGUNDO
GRAU

FUNDA-
MENTAL

MÉDIO

DE 4 A
6 ANOS

4 ANOS,
COM
EXIGÊNCIA DE
EXAME DE
ADMISSÃO

3 ANOS:
CLÁSSICO,
CIENTÍFICO
OU NORMAL

8 ANOS,
ININTER-
RUPTOS

3 ANOS;
OBRIGATO-
RIAMENTE
PROFISSIO-
NALIZANTE
ATÉ 1982

INICIAL-
MENTE
8 ANOS;
DEPOIS DE
2008,
9 ANOS

3 ANOS;
GENERA-
LISTA OU
PROFIS-
SIONALI-
ZANTE

A Constituição Cidadã de 1988

- Educação como direito público subjetivo
 - *Direito fundamental*
 - *De cunho social*
 - *Poder-dever de atendimento do Estado*
- Universalização da oferta
- Universalização do atendimento
- Responsabilidade do Estado e da família
- Matrícula compulsória

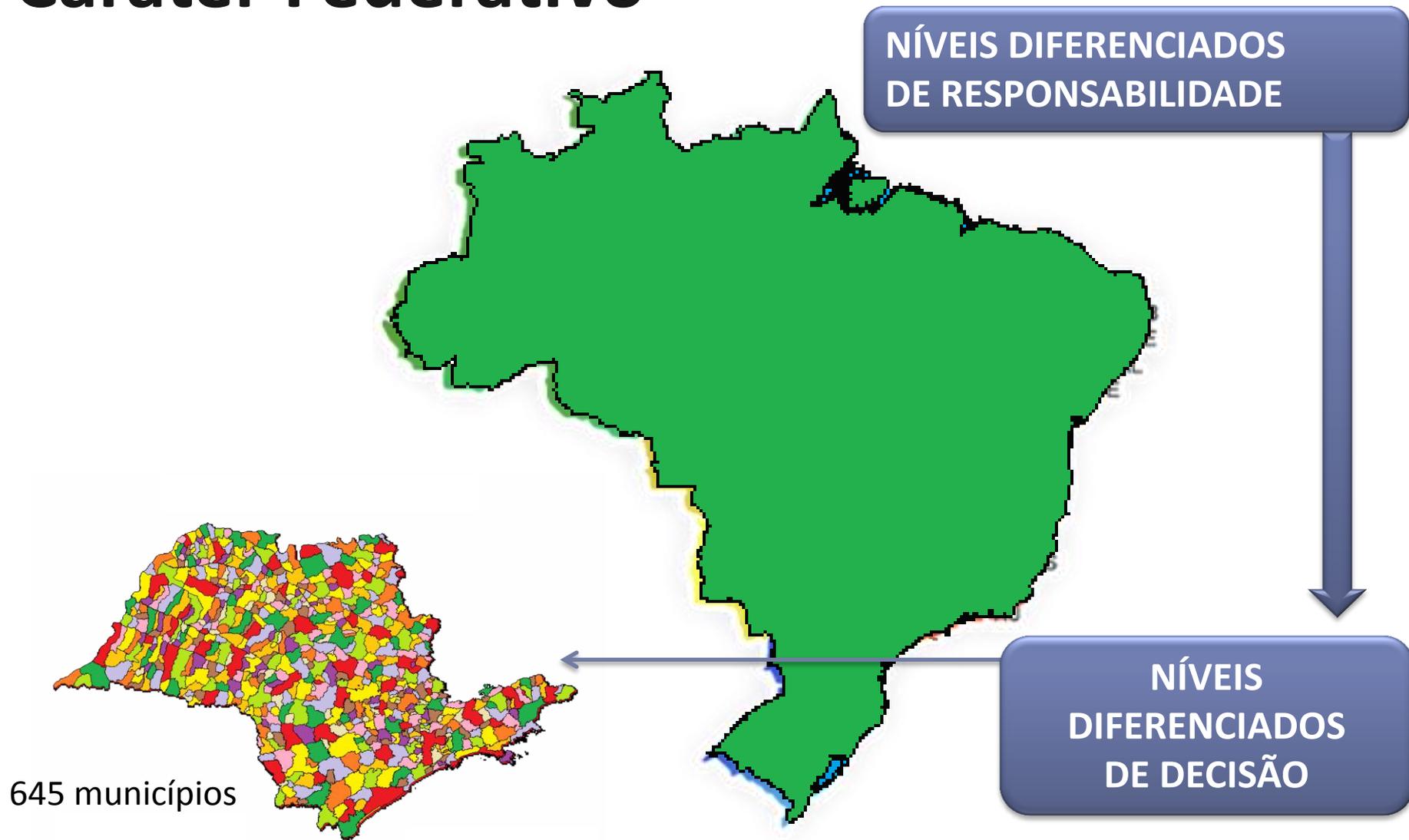
A questão da abrangência das leis



progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio e oferta gratuita de creche e pré-escola de 0 a 6.



Caráter Federativo

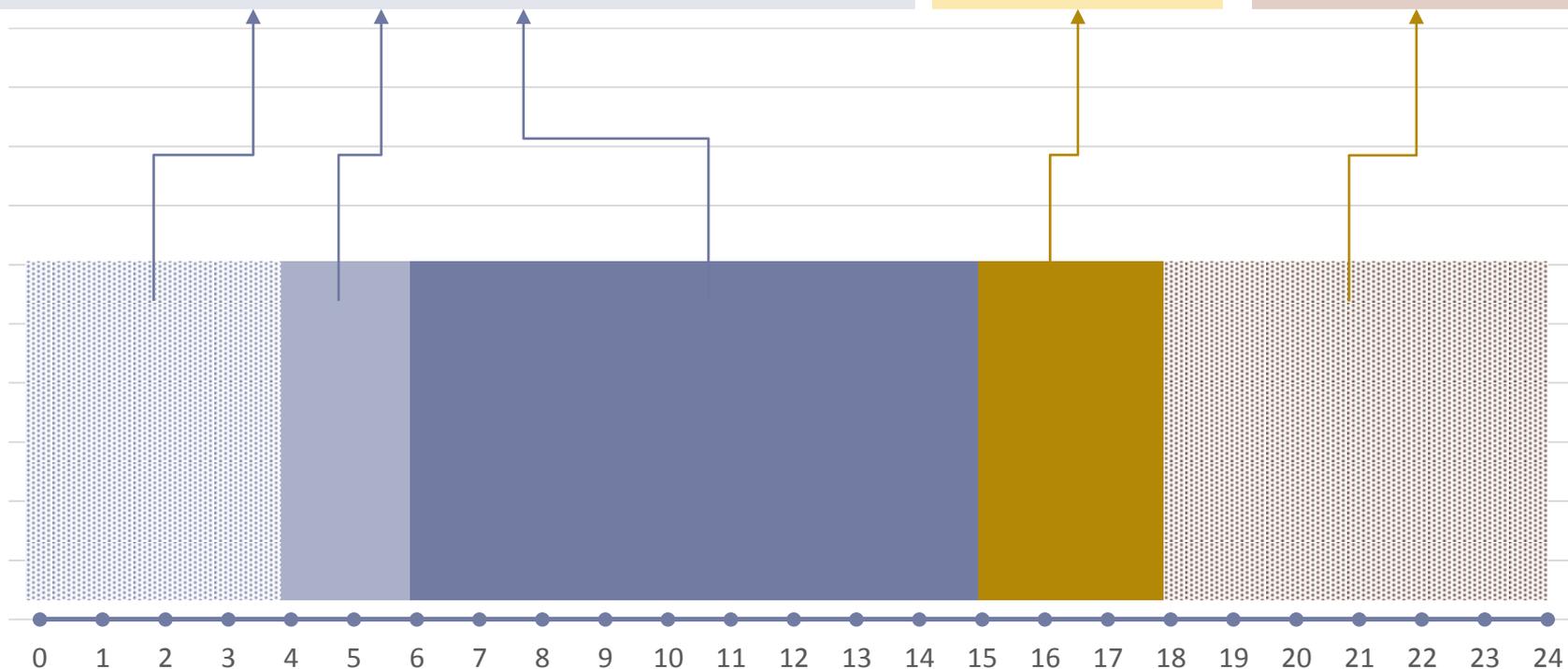


Responsabilidade federativa

Municipal
Creche + Educação infantil + Ensino Fundamental

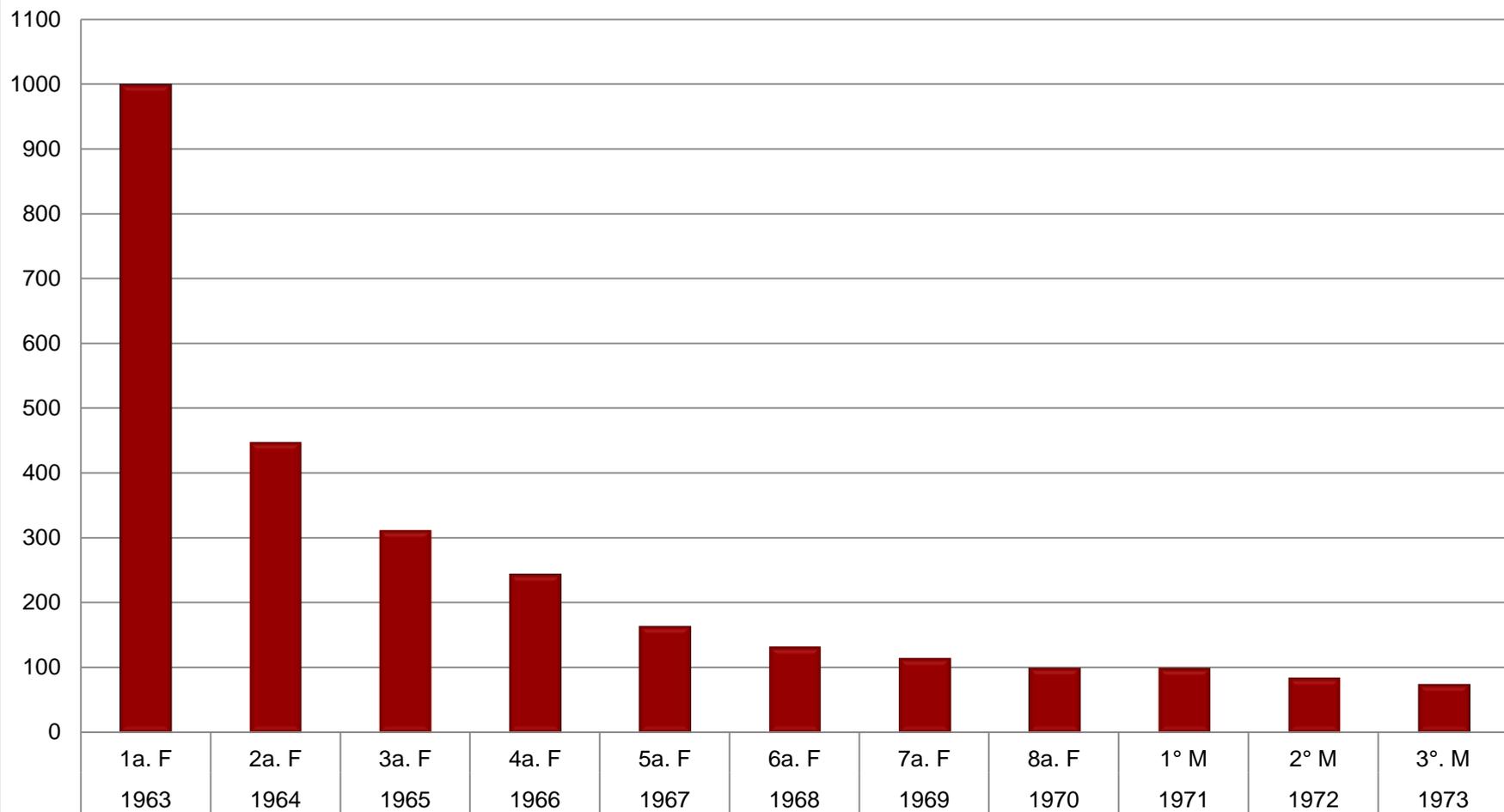
Estadual
Ensino Médio

Federal
Ensino Superior



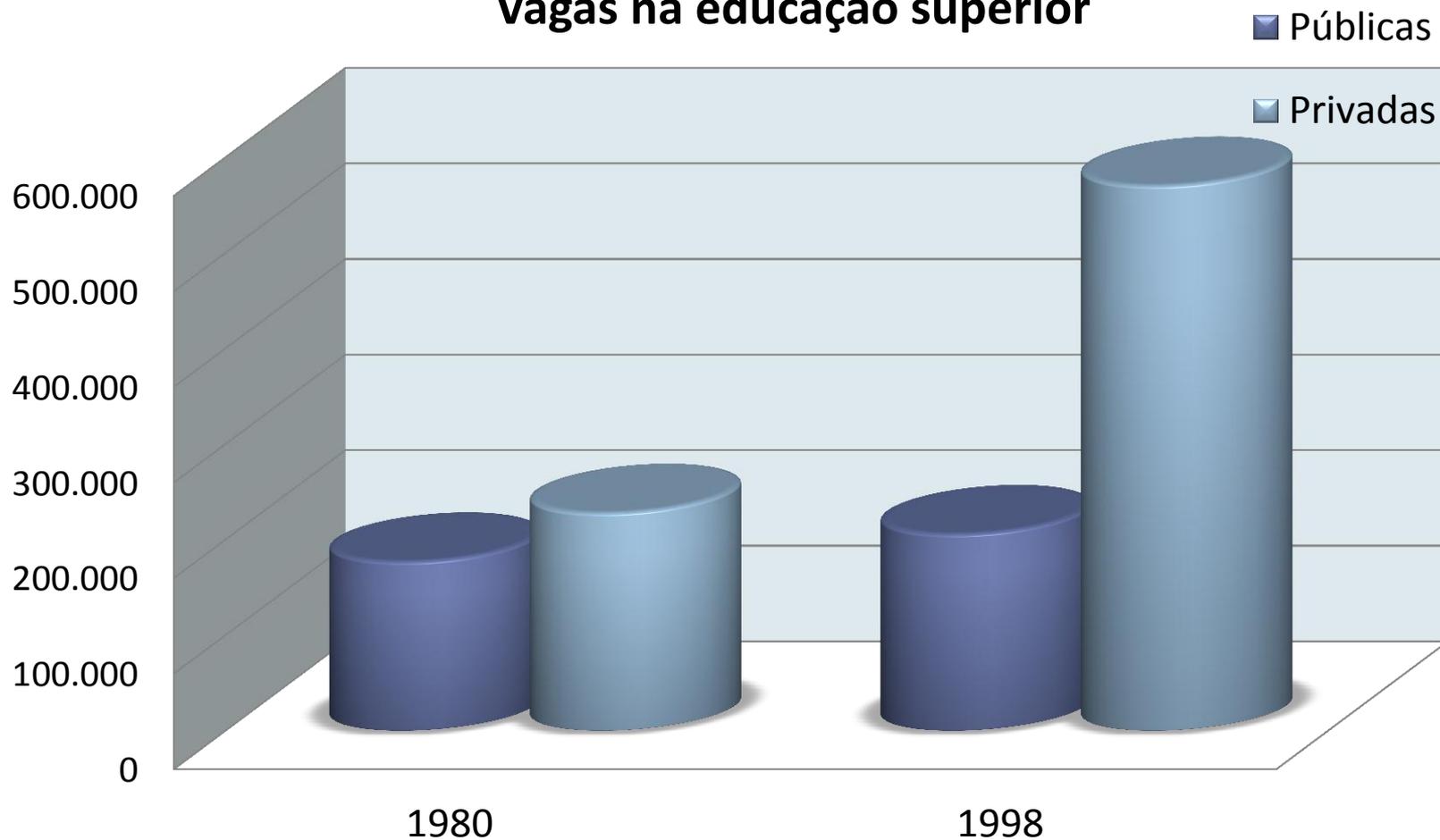
Efeito da Lei 4.024/61

**Matrículas anuais,
para cada mil ingressantes, em 1963**



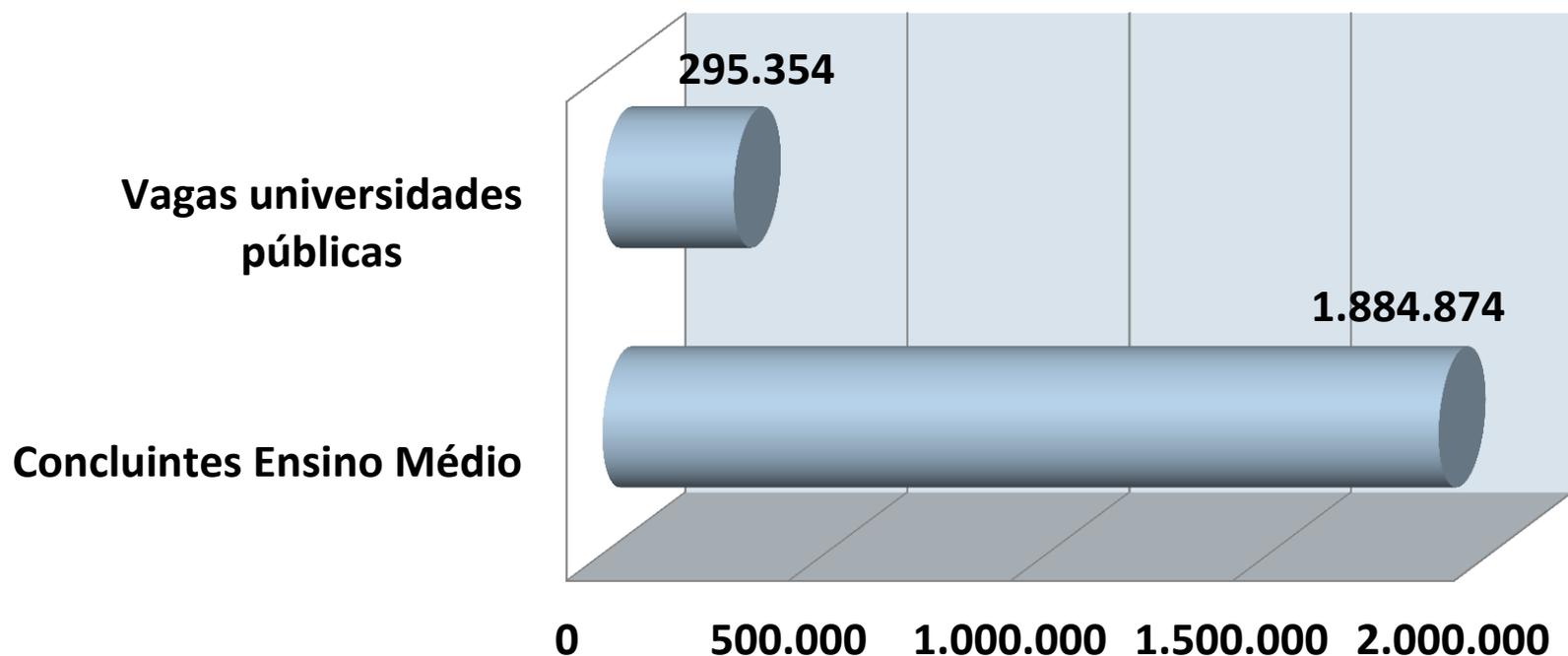
Efeito tardio da Lei 5.692/71

Vagas na educação superior



BRASIL. Vagas na Educação Superior, em instituições públicas e privadas, 1980-1998.

Efeito combinado das Leis 5.692/71 e 9.394/96

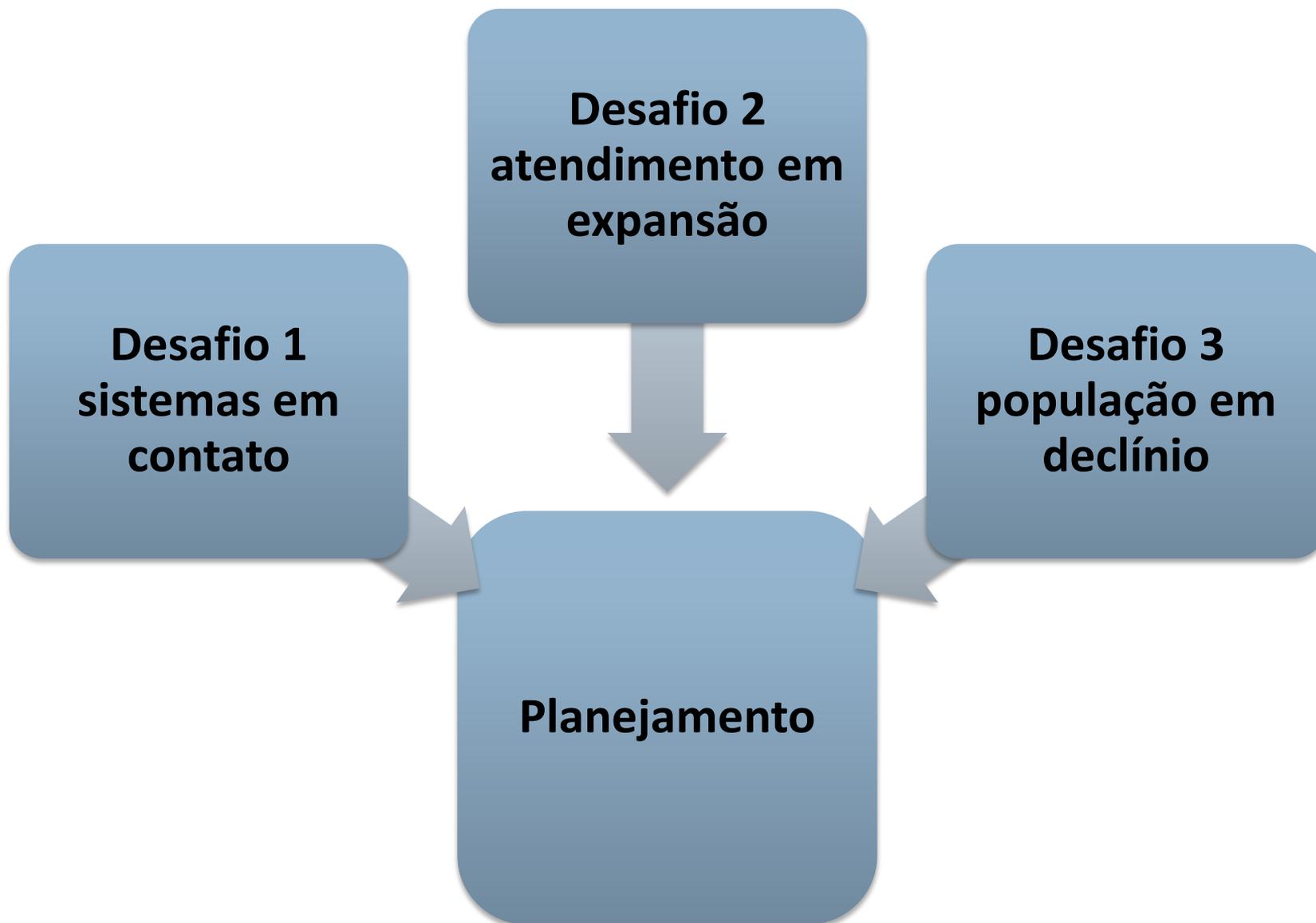


BRASIL, 2002. Vagas em universidades públicas x Concluintes Ensino Médio
Fonte: INEP

O que podemos aprender...

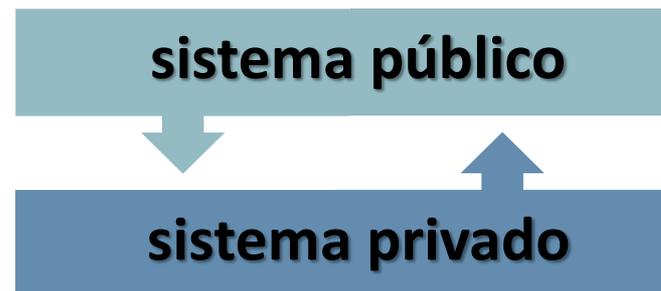
- Políticas públicas produzem efeitos no curto e no longo prazo.
- A utilização racional de recursos públicos [finitos] exige planejamento de longo prazo, enquanto as demandas [quase infinitas] exigem respostas imediatas.
- Desafio do gestor é compatibilizar essas duas forças.

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE
EDUCAÇÃO:
OS DESAFIOS DO PLANEJAMENTO**



Desafio 1 – sistemas em contato

- Problema – migração entre os sistemas público e particular de educação
- Incidência – todos os níveis de educação, obrigatórios e facultativos
- Fatores de incidência – principalmente os econômicos, mas também os sociais e os educacionais



Desafio 2 – sistema em expansão



- Problema – definição de necessidades
- Incidência – novos níveis obrigatórios e níveis facultativos
- Fatores de incidência – principalmente os econômicos, mas também os demográficos, os de gestão e os pedagógicos.

Infraestrutura física

Infraestrutura de pessoal

Manutenção

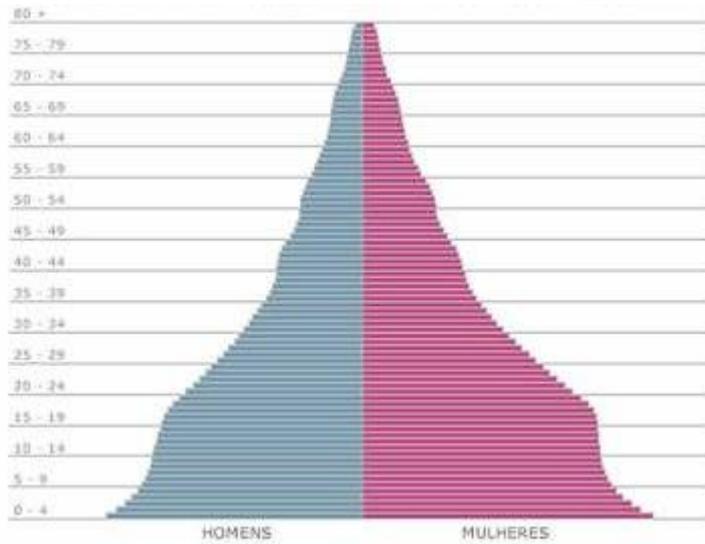
Desafio 3 – população em declínio

- Problema - alteração da configuração populacional brasileira
- Incidência – todos os níveis educacionais
- Fatores de incidência – demográficos e econômicos

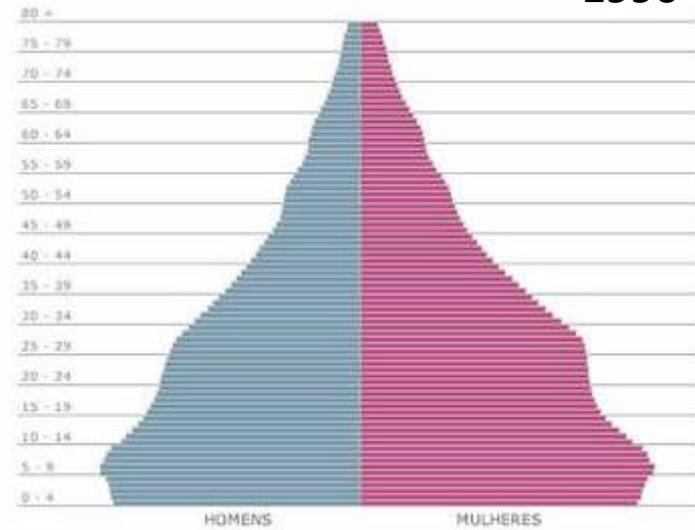


Pirâmides Etárias Brasileiras

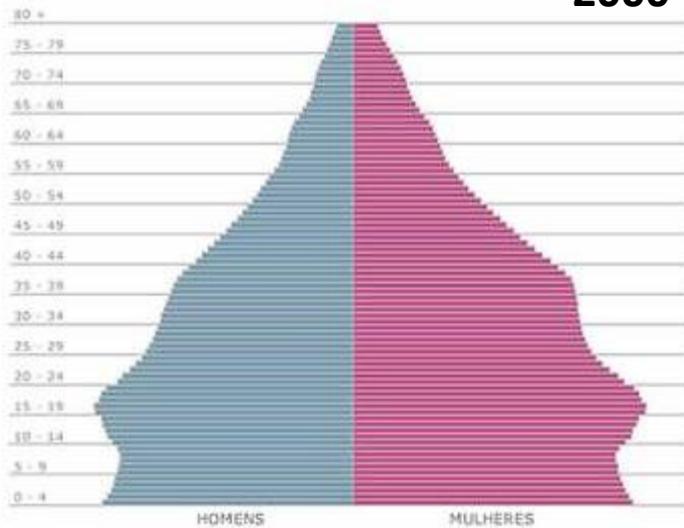
1980



1990



2000



2010

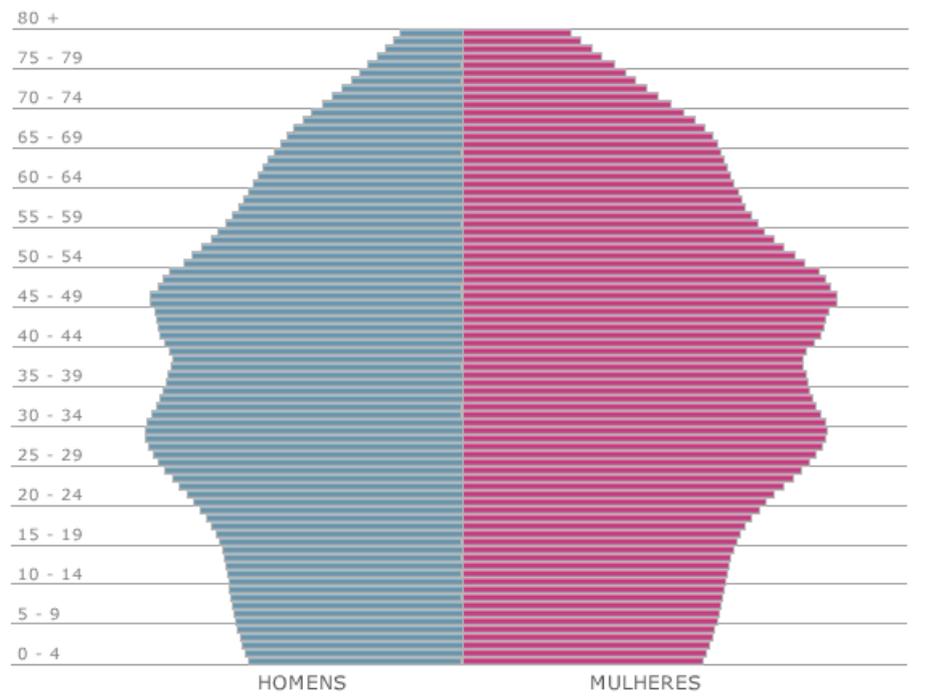


Projeção da Pirâmide Etária Brasileira

Projeção da População

Brasil 2030

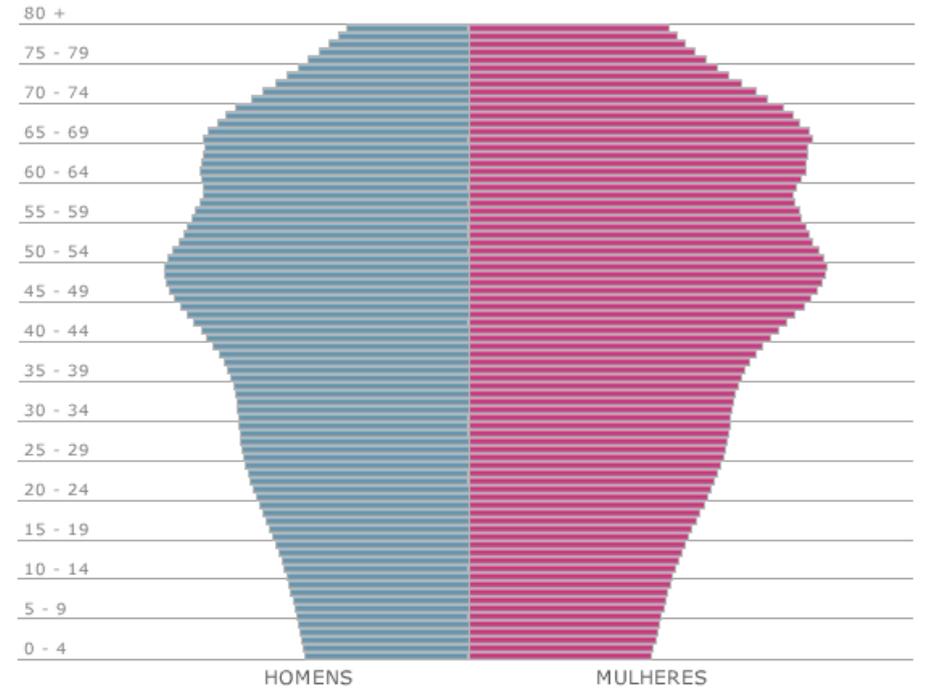
Pirâmide Etária Absoluta



Projeção da População

Brasil 2050

Pirâmide Etária Absoluta



Alternativas para os desafios

Meta

- Cumprimento das determinações legais
- Atendimento com qualidade

- Decisões técnicas, com base em dados confiáveis
- Investimento em pessoal especializado e na melhoria das condições de trabalho e atendimento
- Melhor destinação da verba pública, em curto e longo prazo
- Participação social na definição de prioridades

Muito obrigada.

raquelvillardi@gmail.com